

Próximo Passo

Suplemento Sociologia

Subprograma 2018-2020



Exercícios Suplementares - 1

O campo das Ciências Sociais estabelece diálogo com muitas obras da matriz do PAS 3, documento contemplado com cerca de 70 obras profundamente vinculadas à Sociologia, à Antropologia e à Ciência Política. Tradicionalmente 30% da prova são oriundos das obras listadas, e os itens construídos tendem a contextualizar historicamente a produção ou relacionar a vida do autor com a criticidade impressa na produção.

Esse complemento apresentado pela coleção destaca três obras representativas no debate sobre diversidade, desigualdade e violência encampados pela lista de obras atualizadas para o PAS – Subprograma 2018-2020.

O QUE É RACISMO ESTRUTURAL?

O vídeo em questão tem duração de cinco minutos e foi produzido pelo Canal Preto no Youtube. A produção conta com Maria Sylvia de Oliveira, advogada e presidente do Geledés, e Helena Teodoro, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS.

A tese central é que o racismo integra a organização econômica, cultural e política da sociedade brasileira, deslocando o debate do racismo como ato individual patologizado (anormal) para a perspectiva da construção histórica que impregna um senso de racionalidade e normalidade para a vida social contemporânea. O racismo seria um dos elementos centrais que moldam o sentido e a lógica da organização social brasileira.

“Raça”, como classificação de seres humanos e hierarquia de povos em termos biológicos e culturais, foi uma construção da modernidade, especialmente dos projetos colonizadores dos séculos XVI e XIX. Foi a construção do homem europeu moderno e universal que fundamentou o embate entre civilização e barbárie patrocinada pelo continente europeu.

Maria Sylva de Oliveira resgata a sistematização do racismo no território nacional, desde as narrativas que amparam a dinâmica do trabalho escravo mais duradouro no mundo ocidental até o legado social deixado atualmente.

- Ato do Império em 1824: proibia a população negra de frequentar a escola;
- 1850 (Lei de Terras): impedimento de que cativos tivessem propriedade de terras e implementação de subsídios para compra por parte dos estrangeiros que chegavam ao País;
- Lei Áurea: fim da escravidão não acompanhado de políticas de inserção na sociedade ou ações reparativas;
- Racismo institucional: política de embranquecimento nacional (impulso para a mão de obra estrangeira entrar no País) e criminalização da população negra e suas práticas (capoeira e religiosidade).

O professor Silvio Almeida, no seu livro “Racismo Estrutural”, define racismo como uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se

manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. O termo guarda diferenças para as expressões preconceito racial e discriminação racial.

- Preconceito racial: concepções prévias sobre um indivíduo e um grupo a partir de juízos de valores estereotipados e caricaturais.
- Discriminação racial: realizar tratamento diferenciado para membros de grupos racialmente diferentes. A discriminação pode ser direta e explícita, mas também pode ser realizada de maneira não intencional e indireta, como nos casos de omissão frente a práticas racializantes.

O racismo é apresentado pelo caráter sistêmico, não se restringindo a um ato discriminatório, mas um processo de construção de acessos, mobilidade social, reconhecimento e prestígio em vários campos da vida (político, econômico e cultural). A consequência prática é a estratificação social como fenômeno intergeracional.

ATIVIDADES

Texto I

Frantz Fanon publicou, pela primeira vez, em 1952, seu estudo sobre colonialismo e racismo, “Pele Negra, Máscaras Brancas”. Ao dizer que, “para o negro, há somente um destino” e que esse destino é branco, Fanon revelou que as aspirações de muitos povos colonizados foram formadas pelo pensamento colonial predominante.

BUCKINGHAM, W. *et al.* **O livro da filosofia**. São Paulo: Globo, 2011 (adaptado).

Texto II

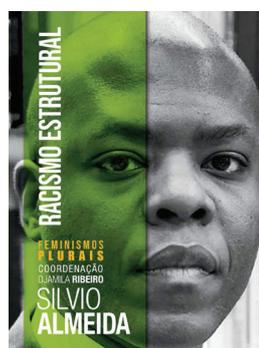
Mesmo quando não queiramos cobrar desses estabelecimentos (salões de beleza) uma eficácia política nos moldes tradicionais da militância, uma vez que são estabelecimentos comerciais, e não entidades do movimento negro, o fato é que, ao se autodenominarem “étnicos” e se apregoarem como divulgadores de uma autoimagem positiva do negro em uma sociedade racista, os salões se colocam no cerne de uma luta política e ideológica.

GOMES, N. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Disponível em: www.rizoma.ufsc.br. Acesso em: 13 fev. 2013.

1. (ENEM) Os textos apresentam uma mudança relevante na constituição identitária frente à discriminação racial. No Brasil, o desdobramento dessa mudança revela o(a)

- a) valorização de traços culturais.
- b) utilização de resistência violenta.
- c) fortalecimento da organização partidária.
- d) enfraquecimento dos vínculos comunitários.
- e) aceitação de estruturas de submissão social.

A luta contra o racismo, no Brasil, tomou um rumo contrário ao imaginário nacional e ao consenso científico, formado a partir dos anos 1930. Por um lado, o Movimento Negro Unificado, assim como as demais organizações negras, priorizaram, em sua luta, a desmistificação do credo da democracia racial, negando o caráter cordial das relações raciais e afirmando que, no Brasil, o racismo está entranhado



nas relações sociais. O movimento aprofundou, por outro lado, sua política de construção de identidade racial, chamando de “negros” todos aqueles com alguma ascendência africana, e não apenas os “pretos”.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012.

2. (ENEM) A estratégia utilizada por esse movimento tinha como objetivo

- eliminar privilégios de classe.
- alterar injustiças econômicas.
- combater discriminações étnicas.
- identificar preconceitos religiosos.
- reduzir as desigualdades culturais.

O racismo se materializa como discriminação racial, sendo definido por seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas – bairros, guetos, ofícios, periferias etc.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

3. Com base na citação acima e em estudos realizados acerca das relações raciais no Brasil, julgue os itens.

- (1) A sociedade brasileira condena publicamente o racismo, todavia ele é considerado naturalizado em alguns espaços, especialmente em relações sociais de caráter mais cotidiano e familiar.
- (2) O País é fruto de um processo de miscigenação, fato que inviabiliza a existência de racismo e estratificação com recorte racial.
- (3) A herança cultural da escravidão foi diluída nas décadas posteriores à escravidão.
- (4) O mito da democracia racial é uma construção que ajuda na perpetuação do racismo institucional, especialmente pelo caráter velado de sua reprodução.
- (5) Entre as marcas culturais da escravidão no Brasil, está a tendência a associar pessoas negras a profissões de menor *status* social.

(Interbits 2016) Em geral, cada povo se crê, de boa fé, superior a outro; e basta que as paixões se intrometam, eis que a guerra explode: mata-se tanto quanto se pode, de uma parte e de outra, como se esmagam insetos. Mais se mata, mais se é glorioso.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p.132.

4. Assinale a alternativa que apresenta o conceito sociológico que melhor representa a crença de um povo em relação a outro, apresentada no texto da questão.

- Relativismo Cultural.
- Etnocentrismo.
- Racismo.
- Ideologia.
- Alienação.

Ainda sobre a discriminação, é importante dizer que é possível falar também em discriminação positiva, definida como a possibilidade de atribuição de tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados com o objetivo de corrigir desvantagens causadas pela discriminação negativa.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

5. Com base na citação acima e no vídeo “Racismo Estrutural”, julgue os itens.

- (1) O vídeo “Racismo Estrutural” identifica, na política de cotas, uma reprodução das estruturas de injustiças sociais.
- (2) A discriminação positiva é uma intervenção do Estado fundamentada na equidade.
- (3) As cotas em cargos públicos e o ensino superior seriam representações da discriminação positiva.
- (4) Segundo Silvio Almeida, as instituições sociais reproduzem, por meio de normas ou naturalização, o legado da escravidão no Brasil.
- (5) O racismo é uma forma sistemática de discriminação que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes.

Leia o texto abaixo:

No processo de transição para o trabalho livre existe uma condição prévia e fundamental que se refere ao acesso à terra. Enquanto a produção fosse efetuada por escravos, a terra era praticamente destituída de valor, pois sua propriedade só teria significado econômico se seu detentor também possuísse um estoque de cativos. Contudo, a partir do momento que a escravidão começou a apresentar os primeiros sintomas de crise, com o término do tráfico africano, tornou-se necessário impedir que os homens livres tivessem acesso à propriedade da terra.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.75.

6. (UFV) Considerando o contexto tratado no fragmento acima, a Lei de Terras de 1850

- criou empecilhos para a constituição de um mercado de trabalho livre à medida que regulava os novos contratos de trabalho.
- garantiu o acesso irrestrito aos imigrantes europeus que não conseguiam adaptar-se às novas condições de trabalho.
- restringiu o acesso à terra, pois transformou-a em uma mercadoria.
- modificou a estrutura fundiária no Brasil, possibilitando o surgimento de pequenas propriedades.
- possibilitou o acesso à propriedade da terra aos escravos recém-libertos.

[...] Na verdade, raça, no Brasil jamais foi um termo neutro; ao contrário, associou-se com frequência a uma imagem particular do País. Muitas vezes, na vertente mais negativa de finais do século XIX, a mestiçagem existente no País parecia atestar a falência da nação [...]

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**. São Paulo: Claro Enigma, 2013. cor e raça na intimidade.

7. Julgue os itens a partir do tema abordado no vídeo “Racismo Estrutural”.

- (1) Vigorou, no Brasil do século XIX, uma visão elitista que privilegiava a cor branca e via, na mistura de raças, a causa de seu atraso.
- (2) Os termos raça e etnia se equivalem. Ambos fazem referência à composição de grupos de pessoas com características fisiológicas e biológicas comuns.
- (3) Os estudos centrados na noção de raça biológica classificam a Humanidade por meio da seleção natural e da organização genética.
- (4) Por ser o Brasil o país com o maior número de negros e afrodescendentes fora do continente africano, a democracia racial foi conquistada ao longo do século XX.
- (5) Nas décadas seguintes à abolição da escravatura, a integração dos negros à sociedade brasileira foi marcada pela adoção de mecanismos de inclusão que resultaram, recentemente, na implantação das chamadas políticas de ação afirmativa.

Os Estados Unidos da América (EUA) são uma grande e velha república onde ainda se aplica a pena de morte. Na prática judiciária, esse recurso põe a descoberto todas as injustiças e mazelas da sociedade: a desigualdade social, uma vez que são os menos favorecidos e os mais marginalizados que povoam os pavilhões da morte nas prisões americanas; a desigualdade financeira, pois, no sistema judiciário americano, somente os ricos ou mafiosos têm os meios de aceder a serviços de advogados especializados, capazes de enfrentar um ministério público poderoso e uma polícia eficiente; a desigualdade racial, já que, nos casos hediondos — em que o horror do crime provoca, no público e em alguns jurados, pulsão de ódio e de vingança —, o racismo, que, no cotidiano, se disfarça, pode, ali, manifestar-se.

Não é irrelevante o fato de que, nos pavilhões da morte, o número de negros ou de latinos é proporcionalmente bem superior à sua representação na população americana.

Robert Badinter. **Contre la peine de mort**. Écrits 1970-2006. Paris: Fayard, 2006, p.19-21 (tradução com adaptações).

8. (UnB – adaptada) Tendo como referência o texto acima, o vídeo “Racismo Estrutural” e considerando os aspectos teóricos sociológicos, julgue os próximos itens.

- (1) A pena de morte é um mecanismo de controle social que materializa o conceito marxista de Estado como *locus* da violência institucionalizada.
- (2) A leitura do racismo como fenômeno individual acredita que o direito penal seria mecanismo suficiente para a superação do racismo.
- (3) O racismo a que se refere o texto tem suas raízes históricas nos papéis sociais subalternos que desempenharam, nos EUA, as populações africanas e latinas, bem como no orgulho de raça e no sentimento de superioridade de credo do grupo social que se considerava herdeiro dos pais fundadores da nação.
- (4) Na história da Humanidade, verificam-se casos semelhantes ao dos EUA, em que se associaram racismo, pobreza e pena de morte.

Gabarito:

- 1) a
- 2) c
- 3) C, E, E, C, C
- 4) b
- 5) E, C, C, C, C
- 6) c
- 7) C, E, C, E, E
- 8) E, C, C, E

Exercícios Suplementares - 2

QUESTÃO INDÍGENA EM 4 MINUTOS

Produção disponibilizada no Youtube pelo canal Agência Pública, o vídeo trata da questão indígena no Brasil a partir da exposição dos indicadores sobre os povos tradicionais, assim como os desafios políticos e jurídicos ainda enfrentados para a materialização dos direitos reconhecidos na Constituição de 1988.

Segundo o último Censo Demográfico, realizado pelo IBGE, são mais de 800 mil indígenas, cerca de 246 etnias distribuídas em todo o território nacional. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) reconhece 505 terras indígenas (entre declaradas e homologadas), representando cerca de 12% do território brasileiro.

CENSO 2010

304 ETNIAS

274 LÍNGUAS

POP: **896** MIL

36% Urbanos

64% Rural

505 TERRAS INDÍGENAS

12% do território

Um dos grande desafios apresentados pela Constituição de 1988 foi a inserção da questão indígena, depois de séculos caracterizados pelo genocídio e pelo assimilacionismo, a Carta Magna iniciou uma fase de reconhecimento da pluralidade cultural e autonomia territorial. Em "Da Ordem Social", consta o capítulo "Dos Índios": nos artigos 231 e 232, os constituintes romperam com a visão dos indígenas como "comunidade transitória" (passageira, logo chegaria ao fim) e necessidade de tutela presente no Estatuto do Índio (1973). O resultado foi o fortalecimento da FUNAI e a construção jurídica dos "direitos originários", elemento que reconheceu a propriedade indígena como anterior à ocupação do território pelos portugueses, estabelecendo usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Constituição de 1988

O documento estabelecia o prazo de cinco anos para a demarcação de todas as terras indígenas do País. O processo de demarcação é fruto da identificação e da sinalização dos limites do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas (FUNAI); ele inicia com estudos antropológicos para reconhecimento da ancestralidade, segue para a construção de espaços para o contraditório (Ministério da Justiça) e finaliza

o processo na homologação pela Presidência da República. As demandas de demarcação não foram concluídas passados mais de 30 anos da Constituição de 1988, atualmente mais de 200 terras indígenas aguardam homologação pelo chefe do Poder Executivo.



Foto Guito Moreto / Agência O Globo

A insegurança jurídica e a não mediação da tensão fizeram multiplicar os conflitos no campo e na floresta. As terras indígenas representam um cordão de isolamento para o avanço de mineradores, garimpeiros ilegais e madeireiras. Estima-se que a taxa de desmatamento fora das terras indígenas é 11 vezes maior do que a registrada nos territórios demarcados.

Conceitos para retomar:

Etnocentrismo

Utilizar a própria cultura como único referencial de verdade e parâmetros de costumes. Mecanismo de classificação evolucionista que identifica as culturas diferentes da sua como arcaicas, subalternas e passíveis de violência física e simbólica.

Relativismo Cultural

Avaliar cada cultura pelos seus próprios termos e dinâmica interna. Forma de reconhecer a diversidade como valor e recusar a hierarquização de práticas culturais.

ATUALIDADES

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000: a proposta transfere do Executivo para o Legislativo a palavra final sobre a demarcação, seria papel do Congresso realizar o passo posterior ao estudo antropológico liderado pela FUNAI. O movimento indígena reconhece a proposta como ameaça às futuras demarcações por fragmentar a responsabilidade do ato final e depender das correlações de força que operam no Congresso Nacional.

ATIVIDADES

1. (Enem PPL 2017) No primeiro semestre do ano de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF), a mais alta corte judicial brasileira, prolatou decisão referente ao polêmico caso envolvendo a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, onde habitam aproximadamente dezenove mil índios aldeados nas tribos Macuxi, Wapixana, Taurepang, Ingarikó e Paramona – em julgamento paradigmático que estabeleceu uma série de conceitos e diretrizes válidas não só para o caso

em questão, mas para todas as reservas indígenas demarcadas ou em processo de demarcação no Brasil.

SALLES, D. J. P. C. Disponível em: www.ambito-juridico.com.br. Acesso em: 30 jul. 2013 (adaptado).

A demarcação de terras indígenas, conforme o texto, evidencia a

- ampliação da população indígena na região.
- função do Direito na organização da sociedade.
- mobilização da sociedade civil pela causa indígena.
- diminuição do preconceito contra os índios no Brasil.
- pressão de organismos internacionais em defesa dos índios brasileiros.

2. (Enem) Para dar conta do movimento histórico do processo de inserção dos povos indígenas em contextos urbanos, cuja memória reside na fala dos seus sujeitos, foi necessário construir um método de investigação, baseado na História Oral, que desvelasse essas vivências ainda não estudadas pela historiografia, bem como as conflitivas relações de fronteira daí decorrentes. A partir da história oral, foi possível entender a dinâmica de deslocamento e ansejo dos índios urbanos no contexto da sociedade nacional, bem como perceber os entrelugares construídos por estes grupos étnicos na luta pela sobrevivência e no enfrentamento da sua condição de invisibilidade.

MUSSI, P. L. V. **Tronco velho ou ponta da rama?** A mulher indígena terena nos entrelugares da fronteira urbana. Patrimônio e Memória, n.1, 2008.

O uso desse método para compreender as condições dos povos indígenas nas áreas urbanas brasileiras justifica-se por

- focalizar a empregabilidade de indivíduos carentes de especialização técnica.
- permitir o recenseamento de cidadãos ausentes das estatísticas oficiais.
- neutralizar as ideologias de observadores imbuídos de viés acadêmico.
- promover o retorno de grupos apartados de suas nações de origem.
- registrar as trajetórias de sujeitos distantes das práticas de escrita.

Texto I

Documentos do século XVI algumas vezes se referem aos habitantes indígenas como “os brasis”, ou “gente Brasília” e, ocasionalmente, no século XVIII, o termo “brasileiro” era a eles aplicado, mas as referências ao *status* econômico e jurídico desses eram muito mais populares. Assim, os termos “negro da terra” e “índios” eram utilizados com mais frequência do que qualquer outro.

SCHWARTZ, S. B. Gente da terra brasileira da nação. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: Senac, 2000 (adaptado).

Texto II

Índio é um conceito construído no processo de conquista da América pelos europeus. Desinteressados pela diversidade cultural, imbuídos de forte preconceito para com o outro, o indivíduo de outras culturas, espanhóis, portugueses, franceses e anglo-saxões terminaram por denominar da mesma forma povos tão díspares quanto os tupinambás e os astecas.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

3. (ENEM) Ao comparar os textos, as formas de designação dos grupos nativos pelos europeus, durante o período analisado, são reveladoras da

- concepção idealizada do território, entendido como geograficamente indiferenciado.
- compreensão etnocêntrica acerca das populações dos territórios conquistados.
- transposição direta das categorias originadas no imaginário medieval.
- visão utópica configurada a partir de fantasias de riqueza.
- percepção corrente de uma ancestralidade comum às populações ameríndias.

4. (UEM 2017 – com adaptações) A partir do vídeo “Questão Indígena em 4 Minutos” e das teorias da antropologia, julgue os itens.

- Enquanto a Sociologia enfrenta a tarefa de pensar a sociedade, a Antropologia busca registrar e compreender os fenômenos humanos a partir do conhecimento do outro. Esse outro pode ser alguém pertencente a uma cultura distante e distinta da nossa, mas também pode ser alguém pertencente à nossa própria cultura, colocado em perspectiva e observado a partir de um ponto de vista distinto do que nos é habitual e familiar.
- O etnocentrismo é fundamentado na perspectiva política que avalia o mundo através de sua própria cultura, considerando seu modo de vida como natural e correto perante os outros.
- A questão indígena no Brasil vivenciou um grande avanço com a Constituição de 1988, especialmente quanto ao direito à diferença e à demarcação de terras indígenas.
- O relativismo cultural se opõe ao princípio de que valores, costumes ou ideias associados a determinada cultura são universalmente válidos.
- Os conflitos por terra indígena são potencializados quando a FUNAI não realiza seu papel de monitorar, regularizar e fiscalizar as terras dos povos originários.

A questão da demarcação de terras indígenas tem, ao longo do tempo, suscitado diversos conflitos. Mais recentemente, observou-se a possibilidade de modificar os critérios de demarcação, pois, conforme seus críticos, os regulamentos vigentes possibilitaram a ação de “índios civilizados”, ou seja, aqueles que supostamente teriam perdido sua identidade indígena, e que agora a reivindicavam com o intuito de obter terras. No centro deste debate, encontra-se a definição do que é ser indígena, enfim, a definição dos critérios definidores de uma etnia.

5. (UFU) Para os estudos antropológicos atuais, define-se uma etnia por meio da

- identificação da presença de traços fenotípicos comuns a uma população, atrelados ao cultivo de uma tradição cultural.
- ocupação territorial de um país específico e pela persistência de traços culturais tradicionais.
- identificação de uma concepção histórica comum que funda uma identidade.
- identificação de traços raciais comuns a uma população, aliados a elementos culturais específicos.

Congresso indigenista originou o Dia do Índio

No Brasil, o Dia do Índio é celebrado em 19 de abril desde um decreto-lei do presidente Getúlio Vargas, de 1943. A origem da data é resultado do 1º Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México, em 1940. Compreendendo a importância do diálogo, diversas lideranças indígenas resolveram aderir ao congresso, que teve, entre suas resoluções, a adoção da data comemorativa para toda a América. Também na década de 1940, o Brasil viveu um momento importante com relação à sua população indígena. Em 1943, a Marcha para Oeste incentivou a ocupação e o desenvolvimento da região Centro-Oeste do País. Entre os desbravadores, estavam três jovens sertanistas, os irmãos Villas Bôas, que tiveram suas trajetórias levadas ao cinema no filme “Xingu”.

Adaptado de blogs.estadao.com.br, 19/04/2012.

Um Xingu comportado demais

Fui ver “Xingu”: didático, belo, comportado. Eu queria ver outro filme, e definitivamente “Xingu” não é sobre os “índios”, mas sobre a relação dos brancos com um mundo que precisam neutralizar e que é, de certa forma, insuportável. O filme aplaca certa culpa com essa bela defesa do Parque do Xingu, que evitou a dizimação ainda mais atroz de índios brasileiros. Mas criar uma reserva de humanidade já é matar. Mal menor, diz o filme. A história dos irmãos Villas Bôas e dos sertanistas é tão incrível que o filme é um disparador de mundos e imaginários. A cosmologia indígena, sua outra forma de viver e de pensar são uma das mais radicais experiências de outras humanidades.

BENTES, Ivana. Adaptado de controversia.com.br, 17/04/2012.

6. (UERJ 2015) Na crítica ao filme “Xingu”, é apontado um dilema quanto aos direitos de populações indígenas. Nesse dilema, são confrontadas as seguintes diretrizes das atuais políticas governamentais:

- tutela – emancipação.
- proteção – aculturação.
- preservação – integração.
- territorialização – miscigenação.

7. (UEM 2013) “No Xingu, líderes indígenas como o cacique Kuyussi, dos kisêdjê, também conhecidos como suiá, denunciam a fumaça das queimadas produzidas pelas fazendas que envolvem o parque e tornam o ar irrespirável. Depois do fogo e da passagem do gado, os brancos semeiam a soja. Se antes os animais mortos por doenças eram atirados no rio que abastece os kisêdjê, o Suiá-Missu, agora são os pesticidas pulverizados por aviões empregados na cultura da soja que tornam o ar e a água do rio ameaçadores para a saúde dos índios que convivem com os brancos separados pelo leito do rio.

CAPOZZOLI, Ulisses. A sombra longa do homem branco.

Scientific American Brasil, n.44, p.15.

Considerando a citação acima e seus conhecimentos sobre o tema meio ambiente e desenvolvimento, julgue os itens.

- (1) Situado ao norte do Estado do Mato Grosso, o Parque Indígena do Xingu é área de constante embate e disputa por empresas privadas e mesmo de ações governamentais interessadas na exploração do potencial energético da região.
- (2) Historicamente, o que se percebe é a maneira predatória de exploração dos recursos naturais pelas populações

indígenas. Dessa forma, é possível afirmar que as ações políticas de demarcação de terra e de criação de reservas contribuíram para a aceleração dos processos de devastação ambiental.

- (3) Ações recentes de políticas públicas, elaboradas por meio de estudos sociológicos e antropológicos, defendem que os programas de saúde indígena incorporem as concepções nativas sobre saúde e os processos terapêuticos tradicionais nas ações médicas empreendidas na região.
- (4) O plantio de soja na região garante ações contra o desmatamento por ser um tipo de cultura agrícola voltada para o consumo de famílias locais e para a sustentabilidade econômica das populações indígenas que controlam integralmente esse plantio.
- (5) Constrangidos por leis ambientais e pelas ações de responsabilidade social implementadas na região do Xingu, as empresas agropecuárias limitam o uso de pesticidas nas áreas de cultivo que compartilham com as populações indígenas.

No Censo 2010, o IBGE aprimorou a investigação sobre a população indígena no País, investigando o pertencimento étnico e introduzindo critérios de identificação internacionalmente reconhecidos. Foram registrados 896,9 mil indígenas, 36,2% em área urbana e 63,8% na área rural. Também foram identificadas 505 terras indígenas, cujo processo de identificação teve a parceria da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no aperfeiçoamento da cartografia. Essas terras representam 12,5% do território brasileiro (106,7 milhões de hectares), onde residiam 517,4 mil indígenas (57,7% do total). Apenas seis terras tinham mais de 10 mil indígenas, 107 tinham entre mais de mil e 10 mil, 291 tinham entre mais de cem e mil e em 83 residiam até cem indígenas. A terra com maior população indígena é Yanomami, no Amazonas e em Roraima, com 25,7 mil indígenas.

Censo 2010 IBGE

8. Considerando a temática da diversidade étnica e dos dados do último Censo IBGE, julgue os itens.

- (1) A abordagem antropológica da cultura dos diferentes grupos étnicos exige que o pesquisador não crie hierarquias entre eles.
- (2) O olhar etnocêntrico é aquele que vê a cultura do outro a partir de referências dadas pela sua própria cultura.
- (3) A concepção de território para a demarcação de terras indígenas não pode levar em consideração apenas a leitura de propriedade difundida pelos não indígenas.
- (4) A análise crítica da cultura dos povos indígenas e dos grupos étnicos que habitam as regiões Norte e Nordeste do Brasil confere centralidade aos aspectos climáticos que determinam suas práticas culturais.
- (5) O texto cita todas as terras indígenas reconhecidas no País, esforço da Constituição de 1988, que concluiu todo o trabalho de demarcação nos cinco anos estabelecidos pelos constituintes.

9. (UEM 2008) As grandes navegações europeias do século XV promoveram o contato entre povos e culturas bastante diversos. Considerando esse fato e as interpretações associadas à produção de diferenças culturais, julgue os itens.

- (1) É amplamente aceita pela Sociologia, até os dias atuais, a ideia formulada no século XIX de que as diferenças

culturais existentes entre os povos são determinadas diretamente pela localização geográfica.

- (2) No século XIX, obtiveram grande prestígio as teorias que afirmavam que a inferioridade racial dos negros e dos índios era responsável pelo seu atraso moral e intelectual diante dos brancos europeus.
- (3) Quando chegaram ao continente americano, os portugueses encontraram, no território que posteriormente seria reconhecido como brasileiro, um conjunto culturalmente homogêneo de comunidades indígenas, que possuíam as mesmas crenças, linguagem e valores.
- (4) A perspectiva etnocêntrica prevalece quando se atribuem valores de julgamento às crenças e aos costumes do "outro", tendo como referência absoluta a própria cultura. Por isso, ela pode promover posturas de intolerância.
- (5) Denomina-se "relativista" a perspectiva que nega veementemente as diferenças culturais existentes entre os povos, salientando somente os traços que lhes são comuns.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 27 abr. 2017.

10. (ENEM) A persistência das reivindicações relativas à aplicação desse preceito normativo tem em vista a vinculação histórica fundamental entre

- a) etnia e miscigenação racial.
- b) sociedade e igualdade jurídica.
- c) espaço e sobrevivência cultural.
- d) progresso e educação ambiental.
- e) bem-estar e modernização econômica.

Gabarito:

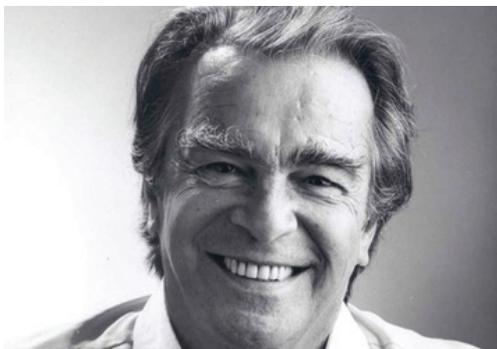
- 1) b
- 2) e
- 3) b
- 4) C, C, C, C, C
- 5) c
- 6) c
- 7) C, E, C, E, E
- 8) C, C, C, E, E
- 9) E, C, E, C, E
- 10) c

UNIVERSIDADE PARA QUÊ?

O livro é uma transcrição do discurso de Darcy Ribeiro na posse do novo reitor da Universidade de Brasília. O contexto histórico é o da redemocratização, a Universidade de Brasília vivenciava o clima de abertura política que se consolidava em todo País. O idealizador da Universidade, em 1961, é o grande convidado da posse do reitor Cristovam Buarque, sua exposição resgata a história da Universidade, seus propósitos fundadores e as rupturas geradas pela ditadura de 1964.

Darcy Ribeiro

Cientista social e político brasileiro, Darcy é reconhecido nacionalmente pela sua produção etnográfica e seu trabalho no campo da Antropologia Indigenista no País. Na juventude, funcionário do Serviço de Proteção ao Índio, redigiu, ao lado dos irmãos Villas Bôas, o projeto do Parque Indígena do Xingu (1961), a primeira grande terra indígena demarcada pelo governo brasileiro.



Darcy Ribeiro

O antropólogo também seria reconhecido pela idealização da Universidade de Brasília, instituição que ele foi o primeiro reitor, ocupando depois os cargos de Ministro da Educação e Ministro Chefe da Casa Civil de João Goulart. Expulso do País com a ditadura militar, Darcy voltaria, na década de 80, como um dos grandes articuladores da redemocratização, atuando como vice governador do Rio de Janeiro e Senador da República nos últimos anos de vida.

O Projeto UnB

O texto/discurso de Darcy Ribeiro remete ao simbolismo do Projeto UnB, instituição criada em 1962, apenas dois anos depois da inauguração da nova capital do País. O professor revela o ambiente inovador que permeou sua parceria com o educador Anísio Teixeira e o arquiteto Oscar Niemeyer. A promessa era ambiciosa: reinventar o ensino superior brasileiro e integrar as graduações pela interdisciplinaridade voltada para a resolução dos grandes dilemas nacionais.

A autonomia universitária, a inovação na forma de estruturar a universidade (departamentos e institutos), recrutamento dos mais destacados profissionais do País para atuar como professor e o compromisso com as necessidades nacionais eram os pilares do Projeto UnB. Esse questionamento constante da função social da universidade caracteriza os elementos centrais da obra.

"Brasil não pode passar sem uma Universidade que tenha o inteiro domínio do saber humano e o cultive não como ato de fruição erudita ou de vaidade acadêmica, mas com o objetivo de, montada nesse saber, pensar o Brasil como problema". [...]

"Nós sabíamos que nossa tarefa-desafio não era fazer outra universidade-fruto, resultante de um desenvolvimento já cumprido, como será a Sorbonne, por exemplo. Precisávamos de uma universidade-semente, capaz de gerar um desenvolvimento que o País não tem".

O ex-reitor destaca um espaço longo para descrever uma hecatombe que mudou por completo o destino da universidade. Integrante do alto escalão do governo João Goulart, Darcy foi um dos primeiros a se exilar, assistiu de longe a uma série de intervenções que recaíram sobre a universidade, foram pelo menos quatro intervenções resultando na demissão de reitores, docentes e na prisão de estudantes. A mais traumática, lembrada no discurso do professor, foi a intervenção de 1965, quando tanques e viaturas cercaram a universidade e bloquearam bibliotecas e escritórios. No mesmo ano, 223 dos 305 professores da Universidade demitiram-se da instituição. O caso foi relatado também no livro do professor Roberto Salmeron, "A Universidade Interrompida: Brasília 1964-1965".

A fala de Darcy Ribeiro simboliza uma retomada dos sonhos de uma geração interrompida e de um projeto ambiciosos para o ensino superior do País. O texto encerra provocando as futuras gerações da UnB a retomar suas perguntas fundadoras: Universidade para quê? Universidade para quem?

ATIVIDADES

1. No discurso que fez no Auditório Dois Candangos, em 16 de agosto de 1985, Darcy Ribeiro, fundador da universidade e inspirador desta revista, antecipou o que deve ser o espírito e a linha editorial de nossa nova publicação: o compromisso com o conhecimento e a disposição inquietante para divulgá-lo, levando em conta que "toda ideia é provisória e tem de ser posta em causa. Tudo é discutível, sobretudo numa universidade".

José Geraldo. Revista Darcy.

O projeto da Universidade de Brasília, citado pelo Darcy Ribeiro, é pautado pelo sentido

- a) da autonomia universitária, representado na produção do conhecimento e na eleição para reitor(a).
- b) da gestão educacional centralizada no Estado e nas vontades do Presidente da República.
- c) da construção do conhecimento voltada exclusivamente para as demandas do mercado.
- d) do tecnicismo acadêmico fundamentado pelo eruditismo e pela vaidade.

2. Nós sabíamos que nossa tarefa-desafio não era fazer outra universidade-fruto, resultante de um desenvolvimento já cumprido, como será a Sorbonne, por exemplo. Precisávamos de uma universidade-semente, capaz de gerar um desenvolvimento que o País não tem.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade para quê?** Brasília: UnB, 1.ed., 1986.

No discurso proferido em 1985, Darcy Ribeiro evoca um dos princípios motivadores da construção da Universidade de Brasília.

- a) Espelhar a estrutura, a dinâmica e o papel realizado pelas universidades mais tradicionais do mundo.

- b) Formar grandes intelectuais que tenham interesse em continuar sua formação nas melhores universidades do mundo, internacionalizando o País no campo acadêmico.
- c) Concatenar as ideias nacionais, reunir o saber científico e prestar assessoria na construção do desenvolvimento que o País ainda não tem.
- d) Construir pontes com as demandas das maiores empresas privadas do País, consolidando um ensino superior estruturado a partir dos interesses do mercado.

3. Há 52 anos, no dia 29 de agosto de 1968, a Universidade de Brasília (UnB) foi alvo de uma invasão militar que resultou no espancamento, prisão e tortura de estudantes e funcionários. Sob o pretexto de cumprir mandados de prisão contra estudantes, as forças policiais e militares cercaram a Universidade com viaturas e caminhões de choque. Centenas de soldados invadiram prédios e salas de aulas, com metralhadores, fuzis e bombas de gás lacrimogênio. Um dos grandes alvos da operação foi a Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB), considerada pela repressão como uma organização subversiva e paramilitar. As forças de segurança espancaram e prenderam o seu presidente, Honestino Guimarães. Cerca de 300 estudantes foram mantidos presos na quadra de basquete.

52 anos da invasão da Universidade de Brasília: a luta por democracia ontem e hoje. Disponível em <http://www.noticias.unb.br/artigos-main/2475>. Acesso em: **colocar data ver com autor**

Darcy Ribeiro fala, no livro “Universidade para quê?”, das invasões sofridas pela Universidade de Brasília. Sobre a violação de direitos praticada pelo regime militar (1964-1985), é correto afirmar que

- a) a Lei Falcão permitiu a divulgação das críticas dos partidos oposicionistas.
- b) a Lei da Anistia garantiu a responsabilização criminal dos agentes públicos envolvidos.
- c) a Comissão da Verdade reinseriu o debate da questão do autoritarismo na sociedade.
- d) o Ato Institucional nº 5 restringiu a reprodução dos abusos praticados pelo poder público.
- e) o Serviço Nacional de Informação mediou os conflitos ideológicos entre grupos de resistência.

4) A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instituída em 16 de maio de 2012, com o objetivo de trazer à tona os crimes, cometidos pelo Estado brasileiro entre os anos 1946 e 1988, em especial durante a Ditadura Civil-Militar. Entre esses crimes destacam-se a detenção ilegal ou arbitrária, a tortura, a execução sumária, arbitrária ou extrajudicial e, por fim, o desaparecimento forçado e a ocultação de cadáver. Tal como aponta seu relatório publicado em dezembro de 2014, a CNV situou o Brasil entre as dezenas de países que

[...] criaram uma comissão da verdade para lidar com o legado de graves violações de direitos humanos. Com a significativa presença que detém no cenário internacional, o reconhecimento do Estado brasileiro de que o aperfeiçoamento da democracia não prescinde do tratamento do passado fortalece a percepção de que sobram no mundo cada vez menos espaços para a impunidade.

Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 22 fev. 2015.

4. (UFU) O que justifica a criação de uma comissão com a natureza da CNV é a necessidade de:

- a) Reforçar o conteúdo da lei de anistia (nº 6683/1979), que traz o perdão aos crimes políticos.
- b) Combater a impunidade e revelar os crimes contra a Humanidade para que deles não se esqueça.
- c) Restabelecer a harmonia social a partir do perdão bilateral entre os que combateram durante a Ditadura, sem atribuir culpa ou instigar o revanchismo.
- d) Virar uma página da história brasileira, aproveitando as instituições que tiveram vigência no período da Ditadura, pois contribuíram decisivamente para aperfeiçoar nossa democracia.

5. (UEM) O Brasil tem uma trajetória singular no enfrentamento do legado de violações de direitos humanos nos governos militares entre 1964 e 1985. Apenas agora, 27 anos após o retorno do poder aos civis, está sendo criada a Comissão Nacional da Verdade, que, nos próximos dois anos, colherá depoimentos de vítimas da repressão política e de agentes do Estado acusados de crimes e, ao cabo do trabalho, publicará um relatório narrando oficialmente as circunstâncias das violações e propondo ações para que não voltem a acontecer. A experiência brasileira é singular sob duas perspectivas. De um lado, trata-se da mais tardia das comissões criadas por cerca de 40 países nas últimas décadas para apurar crimes praticados durante ditaduras. De outro, o Brasil é um exemplo incomum de país que tomou diversas iniciativas para reparar crimes, como as indenizações a famílias de mortos pela ditadura e a perseguição dos políticos, mas deixou a apuração dos fatos para mais tarde.

MARQUES, F. O parto da memória. **Pesquisa Fapesp**, n.196, junho de 2012, p.67.

A partir do texto citado e dos conhecimentos sobre o assunto, julgue os itens.

- (1) A Comissão da Verdade foi estabelecida sobre o princípio de que a memória sobre o período da Ditadura Militar (1964-1984) deve ser revisitada para o esclarecimento de muitos conflitos sociais, ideológicos e políticos relacionados ao nosso passado recente.
- (2) O Brasil foi o único país no mundo a constituir uma comissão para avaliar crimes cometidos durante um período de ditadura.
- (3) A Comissão da Verdade é uma iniciativa do Estado brasileiro, pautada em demandas civis e políticas de setores da população, partidos e movimentos organizados.
- (4) Sempre que uma ditadura é derrubada, o novo governo adota medidas para apurar os crimes cometidos durante aquele período.

Texto I

A palavra utopia, originalmente elaborada por Thomas More, tem seu significado derivado do grego e corresponde a “não lugar”, ou “lugar que não existe”.

Texto II

De fato, não importa nem mesmo que nenhuma utopia se realize. Não é preciso. Só é preciso haver utopia.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade para quê?** Brasília: UnB, 1.ed., 1986.

6. Darcy Ribeiro vincula a UnB com um projeto utópico por ela representar

- a) um sonho interrompido com a Ditadura Militar, sendo impossível resgatar o projeto da década de 60.
- b) um esforço de organização das ações frente o fatalismo e o pessimismo reproduzidos pela realidade social e pelas instituições de ensino superior.
- c) um desafio impossível de ser realizado, numa autocrítica feita pelo antropólogo quarenta anos depois da inauguração da universidade.
- d) o produto do desenvolvimento conquistado pelo País na primeira metade do século XX, a UnB seria a expressão da modernização nacional alcançada.

Gabarito:

- 1) a
- 2) c
- 3) c
- 4) b
- 5) C, E, C, E
- 6) b